



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**

### **SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE EDIFÍCIOS**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **I – IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO [Lei 14.133/21 - Art. 18, § 1º, inciso I]**

1.1 - Necessidade de manutenção dos ambientes dos imóveis do TRE/RJ, situados nas Regiões Norte e Centro/Norte do estado do Rio de Janeiro, livres da presença de pragas e vetores, contribuindo para a preservação da saúde das pessoas e da integridade dos bens móveis e imóveis e cumprimento à Lei Estadual/RJ nº. 7.806/2017.

##### **1.2 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

1.2.1 - Necessidade apontada no subitem 1.1;

1.2.2 - Impossibilidade de atendimento da demanda mediante a utilização de recursos próprios, considerando a inexistência destes e a obrigatoriedade de realização dos serviços por parte de empresa especializada;

1.2.3 - Cumprimento aos ditames da Lei Estadual/RJ nº. 7.806/2017;

1.2.4 - Cumprimento às determinações contidas nos despachos DG e SSG (processo SEI 2019.0.000008466-2, documento 0138466, fls. 3 a 14).

1.2.5 - Desinteresse da última contratada (Imunivalle — Dedetizadora Freitas Ltda.) na prorrogação do contrato nº. 09/2023 (processo SEI 2023.0.000043714-7, documento 3438577).

#### **II – DATA PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA**

2.1 - O prazo de vigência contratual será de 24 (vinte e quatro) meses, com início previsto para 01/09/2026 e término previsto para 31/08/2028.

2.2 - Caso não seja possível dar início à vigência conforme previsão disposta no subitem 2.1, esta deverá obrigatoriamente iniciar no primeiro dia útil do mês subsequente ao da homologação do certame, e assim por diante, de forma a tornar mais inteligíveis e viáveis a logística de execução dos serviços, por parte da contratada e a definição dos ciclos mensais de monitoramento e das ações de acompanhamento e fiscalização, por parte da contratante.

2.3 - Entre a assinatura do contrato e o início de sua vigência recomenda-se um intervalo de dez (10) a quinze (15) dias, de forma a possibilitar a adoção de providências referentes à sua implementação.

#### **III - CONEXÃO COM O PLANEJAMENTO EXISTENTE [Art. 18, § 1º, inciso II]**

3.1 - Plano Estratégico 2021-2026: Objetivo Estratégico 13 - Aperfeiçoar a infraestrutura;

3.2 - Proposta Orçamentária de 2026;

3.3 - Plano de Contratações Anual 2026: contratação prevista no item 189 do PCA2026

#### **IV - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES E MEMÓRIA DE CÁLCULO, COM JUSTIFICATIVAS QUE AS RELACIONE À DEMANDA [Art. 18, § 1º, inciso IV]**

4.1 - Tendo em vista que a demanda tratada deverá ser regida pelo sistema de contratação por preço unitário, em função da natureza continuada do serviço, obrigatório por lei e consistente em ações mensais de monitoramento e minimamente semestrais de aplicação de produtos de controle e combate aos vetores e pragas urbanas (Lei nº. 7.806, art. 6º, II), temos que a quantidade demandada equivale, em princípio, à área imobiliária dos imóveis utilizados de forma contínua pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro nas Regiões Norte e Centro/Norte.

4.2 – A área total máxima a ser atendida corresponde atualmente a 5.927 m<sup>2</sup> (área atualmente ocupada pelos cartórios acrescida de margem de 10% para alterações imobiliárias), conforme planilha constante do subitem 6.3.1, elaborada com base em informações obtidas junto à Coordenadoria de Engenharia. Deve-se observar que o Termo Aditivo do Contrato nº. 09/2023 (3495900) estabeleceu a inclusão de Zonas Eleitorais (situadas nos Edifícios dos Fóruns Estaduais - TJRJ) que não eram tratadas na contratação inicial dentro do item único de controle de pragas e vetores (conforme consta no processo SEI nº 2022.0.000032231-9).

4.3 - A estimativa das quantidades (unidades imobiliárias e respectivas áreas) foi definida em conformidade com a divisão do estado do Rio de Janeiro em três áreas, cujos objetos são /foram atendidos pelos contratos nºs. 2/2024 (Área 1) e 73/2023 (Área 2) e nº. 9/2023, este último encerrado em março de 2024 (Área 3). Ressalte-se que execução dos citados contratos se sucedem com êxito desde setembro de 2020, nas três áreas geográficas. Portanto, não há séries históricas ou memórias de cálculos a serem juntadas aos presentes estudos, podendo ser consultados os processos 2019.0.000008466-2, 2021.0.000018662-1 e 2022.0.000032231-9 referentes aos três contratos anteriores de atendimento à Área 3, aos quais se pretende dar continuidade.

4.4 - A estimativa de quantidades (área das unidades imobiliárias) relativas às Regiões Norte e Centro/Norte foi definida em conformidade com o objeto dos contratos nºs. 44/2020, 56/2021 e 9/2023 que foram executados sucessivamente e com êxito, desde março de 2020, nas mesma Área abrangidas pelo objeto dos presentes estudos. Portanto, não há séries históricas ou memórias de cálculos a serem juntados aos presentes estudos, podendo ser consultados os processos citados no subitem anterior.

#### **V - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR [Art. 18, § 1º, inciso V]**

##### **5.1 - LEVANTAMENTO DE MERCADO:**

5.1.1 - SOLUÇÃO 1: Sistema de Registro de Preços para atendimento das unidades imobiliárias sob demanda, quando constatada a necessidade de intervenção em função da avaliação por parte do seu respectivo responsável.

5.1.1.1: Já foi adotada pelo TRE/RJ em contratações anteriores a 2020. No entanto, com o advento da Lei RJ nº. 7.806/2017, o Sistema de Registro de Preços tornou-se inaplicável, eis que o referido normativo estabeleceu que o serviço de controle de vetores e pragas urbanas deve ser realizado com periodicidade mensal, preventiva e corretivamente. Portanto, configuraria desobediência ao dispositivo legal contratar e executar os serviços somente nos imóveis em que eventualmente fosse constatada sua necessidade.

5.1.1.2 - Não foi realizado o levantamento de custos para a solução, eis que a utilização do Sistema de Registro de Preços é incompatível com a prestação continuada e periódica dos serviços pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, que deve seguir as diretrizes da Lei RJ nº. 7.806/2017.

5.1.2 - SOLUÇÃO 2: Prestação continuada dos serviços por unidade de medida, utilizando-se a área atual exata dos imóveis.

5.1.2.1 - Desde setembro de 2020 o TRE/RJ vem se utilizando da presente solução, que está adequada às diretrizes da Lei RJ nº. 7.806/2017. No entanto, em função das alterações imobiliárias que ocorrem invariavelmente, o modelo em questão tornou-se burocraticamente engessado quando da necessidade de se formalizar essas alterações, as quais são necessariamente objeto de aditivos contratuais, cujo trâmite procedimental não acompanha a real cronologia dos fatos, gerando inconsistências temporais e a eventual execução antecipada de parte do objeto contratual em relação ao momento de sua formalização, o que deve ser evitado.

5.1.2.2 - Avaliamos que a estimativa mais confiável é a utilização dos valores devidamente atualizados, referentes ao último contrato que atendeu as mesmas regiões e unidades imobiliárias (Contrato nº. 09/2023 - vigência de 15/03/2023 a 14/03/2024). Considerando que o referido contrato possui vigência de 12 meses e a contratação ora pretendida terá vigência de 24 meses, temos:

5.1.2.1.1 - O valor do m<sup>2</sup> do Contrato nº. 09/2023 (Regiões Norte e Centro/Norte do estado do Rio de Janeiro), encerrado em março de 2024 era de R\$ 0,70/m<sup>2</sup>. Entendemos razoável atualizar o valor unitário para R\$ 0,80/m<sup>2</sup>. Desta forma, o valor da contratação em estudo é estimado em R\$ 103.449,60 para o período de vigência proposto (24 meses).

5.1.3 - **SOLUÇÃO 3:** Prestação continuada dos serviços por unidade de medida, utilizando-se o regime de execução "empregada por preço unitário" e definição do quantitativo máximo com base na área total atual dos imóveis acrescida de percentual razoável capaz de abarcar as eventuais alterações imobiliárias.

5.1.3.1 - Em função do exposto no subitem 5.1.2.1 e sob observância ao teor do despacho ASJURI 2722190, exarado no processo 2022.0.000032231-9 (Contratação dos serviços de controle de pragas e vetores nas Regiões Norte e Centro/Norte - Contrato nº. 9/2023), aquela contratação para a mesma região (Contrato nº. 9/2023) foi planejada e instruída sob o mesmo modelo reapresentado na presente solução. A empreitada por preço unitário possibilita à Administração colocar prontamente em prática as eventuais alterações imobiliárias sem a necessidade de formalização de aditivo contratual, desde que possam ser abarcadas pelo percentual predefinido na fase de planejamento da contratação.

5.1.3.2 - Para a obtenção da estimativa de custos para a Solução 3, utilizaremos os valores estimados para a Solução 2, acrescidos do percentual considerado razoável para abarcar as futuras alterações imobiliárias relativas à contratação pleiteada. Deve-se ressaltar que o percentual será considerado para fins de emissão das notas de empenho, mas não será necessariamente utilizado, considerando que se destina à cobertura das eventuais alterações imobiliárias que podem ou não vir a ocorrer durante a vigência contratual ou ainda que poderão ocorrer em quantidade inferior ao patamar estipulado. O percentual de acréscimo definido na instrução de alteração quantitativa do contrato nº. 09/2023 (Regiões Norte e Centro/Norte) e posteriormente na fase de planejamento dos contratos atualmente vigentes nº. 73/2023 (Regiões dos Lagos, Centro/Sul e Centro/Serra) e nº. 2/2024 (Capital e Região Metropolitana) foi estipulado em 10% (dez por cento). Entendemos adequado e razoável manter este percentual para a presente contratação.

5.1.3.2.1 - Estimativa de custos (com reserva de 10 %), equivalendo à área de 5.927 m<sup>2</sup>: R\$ 113.798,40 para o período de vigência de 24 meses.

5.1.4 - Para as soluções 2 e 3 foram estimados os valores unitários dos serviços por metro quadrado aplicando-se sobre os valores do contrato nº. 09/2023 um índice de atualização de aproximadamente 13 %:

5.1.4.1 - Valor unitário referente ao contrato nº. 09/2023: R\$ 0,70/m<sup>2</sup>.

5.1.4.2 - Estimativa de valor unitário para os presentes estudos preliminares: R\$ 0,80/m<sup>2</sup>.

5.1.5 - Impactos Ambientais: A contratação envolve a aplicação de produtos e descarte de embalagens que geram impactos no meio ambiente, razão pela qual foram estabelecidos os critérios ambientais no item XIII. Deve-se observar que os impactos ambientais não interferem na escolha da solução, considerando que a adoção dos critérios para neutralizá-los ou minimizá-los deve estar presente nas três soluções avaliadas.

## 5.2 - SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Foi escolhida a SOLUÇÃO 3, com base nas informações e justificativas consignadas nos subitens 5.1.1 a 5.1.5 e ainda de acordo com a análise dos seguintes aspectos:

5.2.1 - Aspectos técnicos: Os serviços devem ser realizados obrigatoriamente por empresa especializada, que deverá cumprir determinados requisitos técnicos como possuir licença sanitária e ambiental e responsável técnico com inscrição no respectivo conselho profissional.

5.2.2 - Aspectos econômicos: O serviço é obrigatório por força de lei e seus custos estão previstos nas propostas orçamentárias.

5.2.3 - Aspectos ambientais: Estão previstos no item 38 do Guia de inclusão de critérios sustentáveis para contratações do TRE/RJ, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015.

5.2.4 - Aspecto de competitividade: Há várias empresas no mercado aptas a executarem o serviço pleiteado e as exigências e requisitos restringem-se à aplicação das normas e à constante preocupação de serem bem prestados, não restringindo ou limitando, portanto, a participação dos prestadores e a competitividade no futuro certame.

## **VI - DESCRIÇÃO COMPLETA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA [Art. 18, § 1º, inciso VII]**

6.1 - O objeto da presente contratação compreende a realização dos seguintes serviços:

6.1.1 - Desinsetização: Controle e combate a todos os tipos de insetos, tais como: baratas, besouros, formigas, gafanhotos, marimbondos, vespas, moscas, mosquitos, percevejos, pulgas, traças, etc. Para efeito da presente contratação está incluído neste tipo de serviço o combate aos aracnídeos (aranhas, carrapatos, escorpiões etc), bem como aos moluscos terrestres (caracóis africanos e lesmas);

6.1.2 - Descupinização: Controle e combate a cupins de madeira seca, cupins subterrâneos ou de solo, carunchos e brocas;

6.1.3 - Desratização: Controle e combate a roedores em geral (ratos, ratazanas, camundongos etc); e

6.1.4 - Monitoramento: Conjunto de ações de inspeção visual com acompanhamento contínuo das infestações e conscientização dos usuários dos imóveis acerca de práticas e comportamentos favoráveis e desfavoráveis ao desenvolvimento de novas infestações. A inspeção abrange a avaliação presencial dos locais por parte da empresa contratada, e deverá contemplar estruturas edificadas, entorno, pontos propícios ao acesso, desenvolvimento e instalação de vetores e pragas. O monitoramento também inclui a verificação e acompanhamento dos pontos de aplicação de produtos, iscas, armadilhas, barreiras, etc e todas as intervenções que se façam necessárias em virtude de constatação por meio do próprio monitoramento.

### **6.2 – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.2.1 - A contratada deverá realizar obrigatória e minimamente 4 (quatro) aplicações no período de vigência contratual, sendo a primeira aplicação no primeiro mês, a segunda no sétimo mês, a terceira no décimo terceiro mês e a quarta no décimo nono mês. As aplicações deverão contemplar os serviços corretivos e/ou preventivos de desinsetização, descupinização e desratização, conforme descritos no subitem 6.1.

6.2.2 - Os serviços da primeira aplicação obrigatória serão executados pela contratada obedecendo prévio cronograma que será apresentado à fiscalização da contratante em até 10 (dez) dias após a assinatura do contrato, a qual iniciará as providências para o agendamento das datas junto às unidades.

6.2.3 - As demais aplicações obrigatórias serão precedidas de novos cronogramas, que deverão ser apresentados pela contratada até o dia 20 do mês anterior ao da execução. O cronograma será enviado para a fiscalização do contrato, a qual procederá junto às unidades contempladas o agendamento das datas para a execução dos serviços.

6.2.4 - O monitoramento mensal será obrigatoriamente realizado em todos os 24 (vinte e quatro) meses de vigência contratual, com a presença física dos funcionários da contratada, abrangerá a totalidade dos imóveis e também será precedido de cronograma mensal de vistoria, o qual deverá ser apresentado para o fiscal do contrato até o dia 20 do mês anterior ao da execução, no intuito de possibilitar o agendamento junto às diversas unidades.

6.2.4.1. Durante as etapas de monitoramento, verificada a necessidade de intervenções e aplicações para o combate e controle de pragas e vetores, deverá a contratada adotar as ações pontuais necessárias e tecnicamente adequadas a cada caso, preferencialmente na mesma ocasião da constatação, sem qualquer ônus adicional para a contratante.

6.2.4.2. Nos primeiro, sétimo, décimo terceiro e décimo nono meses de vigência, a contratada poderá elaborar cronograma único contemplando a aplicação obrigatória e o monitoramento, considerando que as duas ações podem ser executadas conjunta e concomitantemente, em visita única a cada um dos locais.

6.2.5 - Na elaboração e análise dos cronogramas deverá ser observado o que consta no subitem 6.5.

6.2.6 - A contratada executará cada etapa dos serviços fixados nos cronogramas aprovados pela fiscalização, devendo iniciar e concluir as respectivas ações dentro do mês de referência.

6.2.7 - A contratada poderá solicitar, por escrito e justificadamente, a alteração do cronograma, desde que respeitado o prazo de execução definido no subitem anterior e com antecedência suficiente para análise por parte da fiscalização do contrato.

6.2.8 - O pedido de alteração será analisado livremente pela fiscalização do contrato, podendo ser deferido ou negado em conformidade com as necessidades da Administração.

6.2.9 - A contratada efetuará um combate eficaz para prevenção e extermínio completo das pragas, devendo utilizar o melhor e mais eficaz tratamento disponível no mercado, de acordo com o tipo de infestação em cada área.

6.2.10 - Todos os serviços abrangerão as áreas internas e externas em sua totalidade, tais como edículas, salas, escritórios, auditórios, arquivos, almoxarifados, depósitos, forros, porões, sótãos, assoalhos, mezaninos, lajes, madeiras em geral, madeiramento do telhado, portais, beirais, janelas, mobiliário, vãos, ralos, bueiros, subsolo, quintais, jardins, canteiros, estacionamentos e demais locais infestados ou não, atuando a empresa de forma corretiva e preventiva, tendo o cuidado especialmente com os quadros de luz e fiação para não provocar incêndio e com os reservatórios de água para evitar a contaminação.

6.2.11 - Nas hipóteses de infestação por cupins, a contratada deverá executar obrigatoriamente ação eficaz de combate à praga, consistente nos seguintes procedimentos:

6.2.11.1 - Para os cupins de madeira seca a empresa deverá aplicar injeções e/ou pulverizações de inseticida líquido em móveis e madeiramento das unidades administrativas ou eleitorais, como portas, janelas, esquadrias, telhado, forro, piso etc;

6.2.11.2 - Para cupins subterrâneos (de solo) a empresa deverá utilizar sistema de iscagem ou aplicar barreira química (cinturão) ao redor da edificação ou área, ou, ainda, utilizar técnica comprovadamente mais eficiente.

6.2.11.3 - A presente contratação contempla também o controle e combate às infestações em ambientes destinados à guarda e armazenamento de materiais, documentos e afins (processos, papel, papelão, etc), no entanto não compreende a aplicação de produtos diretamente nos documentos e papéis, considerando a probabilidade de danos aos mesmos e por não se tratar de contratação específica para atender tal demanda, que deve ser suprida no âmbito da gestão documental.

6.2.11.4 - Qualquer tipo de intervenção que implique na perfuração de mobiliário, madeiramento, alvenaria, etc, conforme previsto nos subitens anteriores, deverá ser precedida de autorização do chefe da unidade detentora do bem e/ou do fiscal do contrato.

6.2.11.5 - Todo e qualquer mobiliário ou documento que necessite de tratamento externo, a critério da contratada, somente poderá ser retirado das dependências do TRE/RJ após a autorização do servidor responsável pela guarda do respectivo bem ou documento e da fiscalização do contrato. Nesses casos, a operação de retirada e devolução, bem como os custos envolvidos, correrão por conta da contratada.

6.2.12 - Os produtos raticidas, preferencialmente em blocos ou alternativamente granulados, quando tecnicamente recomendado, deverão ser dispostos em dispositivos apropriados, do tipo “porta iscas”, sendo terminantemente vedada sua utilização em embalagens inadequadas ou espalhados nos ambientes dos imóveis, seja nas áreas internas ou externas, visando à proteção e à preservação da saúde humana e de outros animais.

6.2.12.1 - Os dispositivos "porta iscas" deverão ser utilizados em todos os imóveis, na quantidade e distribuição tecnicamente adequadas, excetuando-se as hipóteses de contraindicação técnica, devidamente justificada pela contratada.

6.2.12.2 - Quando não for possível ou justificadamente não indicada a utilização do “porta iscas”, nos casos da necessidade de colocação dos produtos em ralos, bueiros, *shafts*, dutos, vãos e similares, poderão os blocos ser afixados por meio de abraçadeiras de nylon ou arame, desde que não ofereça riscos a pessoas e/ou outros animais.

6.2.13 – Os produtos para combate a insetos em geral, especialmente baratas, quando aplicados em áreas internas de trabalho (escritórios, gabinetes, auditórios, alojamentos etc), copas, cozinhas e similares deverão ser preferencialmente em forma de gel. Quando tratar-se de áreas externas, áreas sem circulação de pessoas e ralos/bueiros, poderão ser utilizados produtos no estado líquido.

6.2.14 - Os funcionários da contratada deverão comparecer ao local designado portando o “Certificado de Execução do Serviço - CES” devidamente preenchido, contendo o endereço da unidade, data e horários de entrada e saída. Após a conclusão dos serviços, o documento deverá ser datado, assinado e carimbado pelo chefe da unidade. Na ausência do chefe, o documento deverá ser assinado e carimbado por seu substituto e, em último caso, por outro servidor lotado na unidade.

6.2.15 - A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança adequados e necessários para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Norma Regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho e Emprego, exercendo a fiscalização sobre sua utilização.

6.2.16 - A comunicação entre as partes será realizada preferencialmente por correio eletrônico. Não sendo possível a comunicação por correio eletrônico, essa poderá ser realizada por meio de contato telefônico, aplicativo de mensagens ou pessoalmente.

### 6.3 - LOCAIS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão, inicialmente, prestados nos seguintes locais, sujeitos às alterações previstas no subitem 6.4:

#### 6.3.1 - Item único - Regiões Norte e Centro/Norte (**imóveis atualmente em uso**):

Município	Unidades	Endereço	Área (m²)
Bom Jardim	42ª ZE	Rua Nilo Peçanha, 347, Centro, Bom Jardim/RJ	90
Bom Jesus do Itabapoana	95ª ZE	Rua Expedicionário Paulo Moreira, 67, 1º pavimento, antigo Fórum, Centro, Bom Jesus do Itabapoana/RJ	212
Cachoeiras de Macacu	49ª ZE	Rua Dalmo Coelho Gomes, 1, 3º pavimento, Edifício do Fórum, Betel, Cachoeiras de Macacu/RJ	111
Cambuci	97ª ZE	Rua Maria Jacob, 134, anexo, bloco 3, Edifício do Fórum, Centro, Cambuci/RJ	60
Campos Dos Goytacazes	75ª, 76ª, 98ª e 129ª ZEs	Avenida Dr. Alberto Torres, 81 esquina com Avenida Hélio Póvoa, 44, Centro, Campos dos Goytacazes/RJ	1.788
Cantagalo	101ª ZE	Rua Olívia Teixeira da Silva, 85, Centro, Cantagalo/RJ	85
Carmo	102ª ZE	Rua Abreu Magalhães, 236, loja, Centro, Carmo/RJ	213
Conceição de Macabu	51ª ZE	Rua Fued Antonio, 8, anexo ao Edifício do Fórum, Centro, Conceição de Macabu/RJ	58
Cordeiro	52ª ZE	Av. Raul Veiga, 157, Edifício do Fórum, Centro, Cordeiro/RJ	37

Guapimirim	149ª ZE	Estrada do Bananal, 2336, lojas 1 e 2, Bananal, Guapimirim/RJ	89
Italva	141ª ZE	Rua Aristides Gonçalves de Souza, 74, térreo, lojas 1 e 2, São Caetano, Italva/RJ	76
Itaocara	106ª ZE	Rua Joaquim Soares Monteiro (Rua Amaro) nº 200, 2º pavimento, Edifício do Fórum, Jardim D'Aldeia, Itaocara/RJ	147
Itaperuna	107ª ZE e Depósito de urnas	Av. Cardoso Moreira, 485, fundos, Centro, Itaperuna/RJ	436
Miracema	112ª ZE	Av. Deputado Luiz Fernando Linhares, 1020, 3º pavimento, Edifício do Fórum, Boa Vista, Miracema/RJ	173
Natividade	43ª ZE	Rua Vigário João Batista, 14, Edifício do Fórum, Centro, Natividade/RJ	84
Nova Friburgo	26ª e 222ª ZEs	Praça Getúlio Vargas, 89/95 (antigo Fórum), Centro, Nova Friburgo/RJ	184
Petrópolis	65ª ZE	Estrada União e Indústria, 11860/11960, salas 4, 8 e depósito, Itaipava, Petrópolis/RJ	104
Petrópolis	29ª ZE	Av. Barão do Rio Branco, 2001, 1º pavimento, Edifício do Fórum, Centro, Petrópolis/RJ	233
Porciúncula	45ª ZE	Acessos pela Rua Prefeito Sinval Augusto Ferreira da Silva, 151, térreo, loja 03 e Rua Prefeito Sebastião Rodrigues França, 100, Centro, Porciúncula/RJ	59
Quissamã	255ª ZE	Estrada do Correio Imperial, 1003, Edifício do Fórum, Piteiras, Quissamã/RJ	56
Santo Antônio de Pádua	34ª ZE	Av. João Jasbick, s/nº, 2º pavimento, Edifício do Fórum, bairro Dezesete, Santo Antônio de Pádua/RJ	103
São Fidélis	35ª ZE	Praça da Justiça, s/nº, 2º pavimento, Edifício do Fórum, Centro, São Fidélis/RJ	162
São Francisco do Itabapoana	130ª ZE	Rodovia Afonso Celso, s/nº, Edifício do Fórum, Praça dos Três Poderes, Centro, São Francisco do Itabapoana/RJ	55

São João da Barra	37ª ZE	Rua São Benedito, 199, 1º e 2º pavimentos, Centro, São João da Barra/RJ	132
São José do Vale do Rio Preto	196ª ZE	Rua Senhor dos Passos, 37, Edifício do Fórum, Centro, São José do Vale do Rio Preto/RJ	25
São Sebastião do Alto	60ª ZE	Rua João Luiz Daflon, 65, Centro, São Sebastião do Alto/RJ	120
Sumidouro	64ª ZE	Rua José de Alencar, 1136, lojas 01 e 02, Centro, Sumidouro/RJ	115
Teresópolis	38ª e 195ª ZEs	Rua Carmela Dutra, 678, Agriões, Teresópolis/RJ	381
Área Total Atual			5.388
Margem para Alterações Imobiliárias = 10% da Área Total Atual (m²) (com arredondamento relativo à casa decimal)			10% de 5.388 = 539
Área a ser contratada			5.388 + 539 = <b><u>5.927</u></b>

#### 6.4 - ALTERAÇÕES IMOBILIÁRIAS

6.4.1 - Durante a vigência contratual poderá haver acréscimo ou decréscimo nas áreas dos imóveis, bem como alteração, exclusão e/ou inclusão de imóveis, permanecendo inalterado o preço do serviço contratado, por metro quadrado, para todas localidades (municípios/bairros) que integram o item único, cujos municípios encontram-se devidamente discriminadas no subitem 6.4.8.

6.4.2 - Ocorrendo alteração na área das unidades, bem como a inclusão ou alteração da localização das unidades eleitorais, será efetuada nova medição, com vistas à promoção das adequações necessárias à contratação.

6.4.3 - Na ocorrência das alterações imobiliárias por parte da contratante, a contratada será informada da alteração da área do imóvel, podendo contestar no prazo de cinco (05) dias úteis, contados da data da comunicação. Caso a contratada não apresente a contestação, a medição realizada pela contratante será válida para os fins contratuais.

6.4.4 - Definidas as alterações, a contratada deverá registrar imediatamente os dados referentes à nova situação imobiliária, de forma a adequar o cronograma e a realização dos serviços, a partir do próximo mês de execução.

6.4.5 - A realização de vistoria por parte da contratada, para fins de verificação da área, implicará na obrigatoriedade de apresentação de declaração com a medição apurada pela empresa.

6.4.6 - O não comparecimento da contratada, no dia e horário agendados para a vistoria, implicará na aceitação da medição do imóvel informada pelo TRE/RJ, a qual será utilizada na presente contratação.

6.4.7 - Caso a medição da área do imóvel realizada pela contratada divirja da apurada pela Administração, a empresa será instada a comprovar a metragem quadrada apurada.

6.4.8 - Fica estabelecido, para efeito da presente contratação, que o item único é composto pelos seguintes municípios, os quais poderão ou não constar do rol inicial ou ainda serem incluídos ou suprimidos durante a vigência contratual, conforme necessidade da contratante, devidamente justificada em função da ocorrência de eventuais alterações imobiliárias:



Aperibé, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macuco, Miracema, Natividade, Nova Friburgo, Petrópolis, Porciúncula, Quissamã, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Varre-Sai.

6.4.9 - Na eventualidade de as alterações imobiliárias acarretarem em acréscimos quantitativos que ultrapassem a área total máxima contratada para item único do objeto contratual, estas deverão ser objeto de aditamento contratual, respeitados os limites da legislação em vigor.

## 6.5 – DIAS E HORÁRIOS PARA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.5.1 - Os serviços de monitoramento e os que compreendam a aplicação de produtos inofensivos à saúde humana deverão ser realizados nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de expediente regular das unidades.

6.5.1.1 – O horário regular de expediente e funcionamento das unidades do TRE/RJ é de 11:00 às 19:00 horas, sujeito a eventuais alterações determinadas pela Administração.

6.5.1.2 – Na elaboração dos cronogramas de execução dos serviços deverão ser observados os feriados, pontos facultativos e recessos nacionais, estaduais, municipais, do Poder Judiciário Federal e do TRE/RJ. Quaisquer dúvidas deverão ser sanadas junto ao fiscal do contrato.

6.5.2 - No interesse da contratante, excepcional e pontualmente poderão ser definidos dias e horários diversos dos acima estipulados, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

6.5.3 - Na hipótese excepcional e devidamente justificada de necessidade e indicação técnica para utilização de produtos que possam ocasionar qualquer risco e/ou dano à saúde humana, estes deverão ser aplicados, preferencialmente, no final do expediente da unidade, em horário noturno, finais de semana ou feriados, respeitando o tempo de dispersão do produto, para evitar risco de contaminações/intoxicações.

6.5.4 - Inclui-se nas hipóteses acima de execução dos serviços em horários alternativos, a recomendação emanada de médico do quadro funcional do TRE/RJ, em virtude das propriedades e efeitos dos produtos utilizados.

## 6.6 – COMPROVANTES E GARANTIA DOS SERVIÇOS

6.6.1 - Todos os serviços prestados pela contratada, bem como suas reaplicações e reforços, terão garantia de seis (06) meses, contados da data de sua última aplicação ou monitoramento.

6.6.2 - Durante o período de garantia dos serviços a contratada estará obrigada a realizar assistência técnica corretiva, quando solicitada pela fiscalização do contrato, que consistirá em rever instalações, removendo todos os focos e indícios de infestação das pragas. Deverá ser realizada por técnico(s) especializado(s) da contratada e sem qualquer custo adicional para o TRE-RJ.

6.6.3 - A prestação do serviço em garantia deverá ser concluída no prazo máximo de 5 dias úteis contados da data de cada solicitação.

6.6.4 - Os serviços de assistência técnica corretiva serão prestados com o fornecimento, pela contratada, de todo o material e mão-de-obra necessários para a execução do objeto da licitação.

6.6.5 - Completada a intervenção mensal nas unidades constantes do correspondente cronograma aprovado, a contratada deverá encaminhar ao fiscal do contrato, por e-mail, até o primeiro dia útil do mês posterior à execução dos serviços, as cópias dos "Comprovantes de Execução dos Serviços (CES)" devidamente assinados, nos quais deverão constar minimamente as seguintes informações, em conformidade com o disposto no Art. 19 da Resolução Anvisa RDC 622/2022:

6.6.5.1 - nome do cliente;

6.6.5.2 - endereço do imóvel;

6.6.5.3 - praga(s) alvo;

6.6.5.4 - data de execução dos serviços;

6.6.5.5 - prazo de assistência técnica, escrito por extenso, do serviço por praga alvo;

6.6.5.6 - grupo químico do produto eventualmente utilizado;

6.6.5.7 - nome e concentração do uso do produto eventualmente utilizado;

6.6.5.8 - orientações pertinentes ao serviço executado;

6.6.5.9 - nome do responsável técnico com o número do seu registro no conselho profissional correspondente;

6.6.5.10 - número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

6.6.5.11 - identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental com seus respectivos prazos de validade.

6.6.6 - A contratada deverá encaminhar à fiscalização, juntamente com os Comproventes de Execução dos Serviços (CES), um Certificado de Garantia, no qual deverá constar a identificação da empresa especializada prestadora do serviço com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números da licença do INEA, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverão constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

6.6.7 - Após cada intervenção (preventiva ou corretiva) a contratada deverá apresentar recomendações por escrito para a fiscalização visando atenuar e/ou prevenir as causas de possíveis infestações que serão transmitidas aos usuários das unidades.

6.6.8 - Após a realização do serviço, a contratada deverá afixar cartazes informando a realização da desinfestação, com a data da aplicação, o nome do produto, grupo químico, telefone do Centro de Informação Toxicológica e número da licença do INEA, nos termos do art. 24 da Lei RJ nº.7806/2017.

## 6.7 – PROPOSTA E VALORES

6.7.1 - Os licitantes deverão ofertar valores em reais, para o item único, o qual contemplará os serviços de Monitoramento e Aplicação nos imóveis de uso da Justiça Eleitoral localizados nas respectivas regiões, e será resultante da seguinte multiplicação: [24 (meses)] X [área total máxima do item] X [valor unitário por m²].

6.7.2 - O valor ofertado deverá contabilizar todos os custos relativos aos dois tipos de ações previstas no presente documento (monitoramento e aplicação), tais como mão de obra, insumos, materiais, equipamentos, ferramentas, deslocamento/transporte etc, observado o rito descrito no subitem 6.2.

6.7.3 - O valor unitário mensal ofertado para o Item único será idêntico para todos os meses da prestação do serviço e para todos os imóveis e localidades que o compõem, conforme detalhado no item 6.4.8.

6.7.4 - Proposta padrão:

ITEM ÚNICO – REGIÕES NORTE E CENTRO/NORTE						
AÇÕES	PERIODICIDADE	QUANTIDADE (A)	UNIDADE	ÁREA TOTAL MÁXIMA (m²) (B)	VALOR UNITÁRIO DO m² (C)	VALOR TOTAL (A) X (B) X (C)

Monitoramento e Aplicação, conforme subitens 6.1 e 6.2	Mensal	24	m <sup>2</sup> (metro quadrado)	5.927	R\$ _____,	R\$ _____,
--	--------	----	------------------------------------	-------	------------	------------

## VII - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso VI]

Conforme embasamento e cálculos consignados no item 5.1.3.2, obtivemos a seguinte estimativa de valores para a contratação:

7.1 - Estimativa de valor para o item único: Estimativa de custos (com reserva de 10 %): R\$ 113.798,40 para o período de vigência de 24 meses, com base na área a ser contratada de 5.927 m<sup>2</sup> e utilizando-se o valor unitário estimado de R\$ 0,80/m<sup>2</sup>.

## VIII - PARCELAMENTO DO OBJETO [Art. 18, § 1º, inciso VIII]

8.1 - Para fins da contratação de serviços de controle de pragas e vetores no âmbito do TRE/RJ e com os objetivos de ampliação da competitividade e alcance de empresas regionais, reforçados pelo entendimento de que não há perda da economia de escala, foi adotada em 2020, a divisão geográfica do estado do Rio de Janeiro em 3 áreas, cada qual formada por determinadas regiões e seus respectivos municípios, conforme abaixo:

8.1.1 - Área 1 - Capital e Região Metropolitana: composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.

8.1.2 - Área 2 - Regiões dos Lagos, Centro/Sul e Centro/Serra: composta pelos municípios de Angra dos Reis, Araruama, Areal, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Barra do Piraí, Barra Mansa, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Iguaba Grande, Itatiaia, Japeri, Macaé, Magé, Mangaratiba, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paraty, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Bonito, Rio Claro, Rio das Flores, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Sapucaia, Saquarema, Silva Jardim, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda.

8.1.3 - Área 3 - Regiões Norte e Centro/Norte: composta pelos municípios de Aperibé, Bom Jardim, Bom Jesus do Itabapoana, Cachoeiras de Macacu, Cambuci, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje do Muriaé, Macuco, Miracema, Natividade, Nova Friburgo, Petrópolis, Porciúncula, Quissamã, Santa Maria Madalena, Santo Antônio de Pádua, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana, São João da Barra, São José de Ubá, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Varre-Sai.

8.2 - Os serviços de controle de pragas e vetores nos imóveis abrangidos pelas Áreas 1 e 2 são objeto de contratos vigentes (73/2023 e 2/2024). Quanto aos serviços nos imóveis que integram a Área 3, ultimamente executados por meio do contrato nº. 9/2023, cuja vigência encerrou-se em março de 2024, configuram o objeto dos presentes Estudos Técnicos Preliminares, posto que não houve interesse da atual contratada na sua prorrogação.

8.3 - Justifica-se, portanto, o não parcelamento do presente objeto em função do mesmo já ser resultante do parcelamento original descrito no subitem 8.1.

8.4 - A adjudicação do objeto será global.

8.5 - Concluiu-se pela contratação agrupada dos serviços de desinsetização, desratização, descupinização (aplicação e monitoramento), considerando as boas práticas resultantes das contratações vigentes e pretéritas e a existência majoritária de empresas no mercado aptas à realização simultânea de todos os serviços objeto da contratação, facilitando e otimizando a logística de execução e trazendo provável economia aos cofres públicos.

**IX - RESULTADOS PRETENDIDOS/BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS [Art. 18, § 1º, inciso IX]**

Os resultados e benefícios consistem na contribuição para manutenção da higiene e salubridade nos locais de trabalho, otimizando as condições para magistrados, servidores, colaboradores e clientes e também para a preservação dos imóveis, bens móveis e documentos.

Como consequência, além da prevenção de problemas de saúde, existe a expectativa de economia e melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros em função da previsível diminuição nos custos de manutenção predial, esclarecendo que estes não são passíveis de medição por parte desta SEAEDI.

**X - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO [Art. 18, § 1º, inciso III]**

10.1 - Os serviços são considerados de natureza continuada, permanentemente necessários à Instituição para o bom desempenho de suas atribuições. A inexistência da prestação deste tipo de serviço poderá comprometer as atividades deste Tribunal, na forma de riscos à saúde de magistrados, servidores e jurisdicionados, bem como à preservação do patrimônio público.

10.2 - Os serviços são considerados comuns, eis que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

10.3 - Os serviços não serão prestados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

10.4 - Os serviços não serão prestados sob demanda.

10.5 - A contratação não se dará pelo sistema especial de registro de preços.

10.6 - A contratada deverá cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, especialmente a referente à Segurança e Medicina do Trabalho, aos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal e as normas de segurança da contratante

10.6.1 - NORMATIVOS E LEGISLAÇÃO que disciplinam a contratação:

10.6.1.1 - Lei nº. 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos

10.6.1.2 - Resolução TSE nº. 23.234/2010 - dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços no âmbito da Justiça Eleitoral

10.6.1.3 - Instrução Normativa nº. 08/2019 da Presidência do TRE-RJ - disciplina os procedimentos relativos à pesquisa de mercado a ser realizada no âmbito da contratação de serviços em geral deste Tribunal.

10.6.1.4 - Lei Estadual/RJ nº. 7.806/2017;

10.6.1.5 - RDC ANVISA nº. 622/2022;

10.6.1.6 - Guia de inclusão de critérios sustentáveis para contratações do TRE/RJ, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015, em especial no que se refere ao item XIII;

10.6.1.7 - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP);

10.6.1.8 - Portaria nº. 10/85 e suas atualizações, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde;

10.6.1.9 - Decreto-Lei nº 230/75, regulamentado pelo Decreto 480/1975 do Governo do Estado do Rio de Janeiro;

10.6.1.10 - Lei nº. 12.305/2010;

10.6.1.11 - Norma Regulamentadora nº. 6 do Ministério do Trabalho e Emprego;

10.7 – VISTORIA DOS IMÓVEIS:

10.7.1 - As empresas interessadas poderão realizar vistoria nos imóveis, no horário do expediente regular, mediante agendamento prévio junto à Seção de Administração de Edifícios (SEAEDI), situada na Rua da Alfândega, 41, 9º andar, Centro, telefones: (21) 3436-8205 e 3436-8206, e-mail: seaedi@tre-rj.jus.br.

10.7.2 - A empresa que não vistoriar os imóveis assumirá todo o ônus referente ao desconhecimento de informações passíveis de serem adquiridas a partir dessa visita, ficando ciente de que não poderá alegar qualquer falta de informação posterior para a realização efetiva do serviço.

## 10.8 – HABILITAÇÃO:

Para fins de comprovação da qualificação técnica, o licitante vencedor deverá apresentar:

10.8.1 - Atestado(s) de capacidade técnica fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que o licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto da licitação.

10.8.1.1 - Os atestados deverão comprovar que a licitante tenha executado serviços compatíveis com os especificados nos presentes Estudos, minimamente em 50% da área total estimada (2.963,5 m<sup>2</sup>) ou 50% da quantidade de imóveis (14 imóveis) que compõem o item único, conforme subitem 6.3.1.

10.8.1.2 - Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

10.8.1.3 - Será aceito, para comprovação do quantitativo mínimo, o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.8.1.4 - O pregoeiro poderá solicitar, relativamente aos atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante, a apresentação das respectivas Notas Fiscais e dos Comprovantes de Execução dos Serviços (CES), cuja obrigatoriedade é imposta por meio da Resolução ANVISA RDC nº. 622/2022.

10.8.1.5 - Os licitantes deverão disponibilizar, mediante exigência por parte pregoeiro, todas as informações e documentos necessários à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.8.2 - Licença ou certificado ambiental válido, que deverá ser expedido pelo INEA – Instituto Estadual do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro;

10.8.3 - Licença ou certificado sanitário válido, expedido pela autoridade sanitária competente do município em que está estabelecida a empresa licitante ou, no caso da inexistência de autoridade sanitária local, pela autoridade sanitária competente do estado do Rio de Janeiro;

10.8.3.1 - Quando não for comprovadamente possível obter o certificado ou licença sanitária perante autoridade competente da localidade do licitante ou do Estado do Rio de Janeiro, o licitante deverá apresentar declaração que informe tal situação, podendo o pregoeiro realizar diligências que confirmem a veracidade das informações.

10.8.4 - Registro/inscrição da empresa junto ao conselho profissional correspondente à formação acadêmica de seu responsável técnico, regular e em vigor.

10.8.5 - Carteira de identidade profissional do responsável técnico expedida pelo respectivo conselho profissional e comprovante de regularidade da inscrição.

10.9 - UNIDADE DE MEDIDA: será adotado o "metro quadrado" (m<sup>2</sup>).

## 10.10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.10.1 - Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

10.10.2 - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas no processo licitatório, bem como com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

10.10.3 - Implantar, de forma adequada, o planejamento, a execução e a supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços.

10.10.4 - Alocar na prestação dos serviços profissionais devidamente habilitados, que deverão se apresentar nos locais de trabalho uniformizados, portando crachás de identificação, aseados, devendo atender com educação e presteza às solicitações da fiscalização e dos servidores lotados nos locais de execução do serviço, desde que compatíveis com o objeto da licitação.

10.10.5 - Assumir todas as responsabilidades relativas aos seus empregados e tomar as medidas necessárias ao atendimento daqueles porventura acidentados ou acometidos de mal súbito.

10.10.6 - Fornecer todo o material e equipamentos necessários à execução dos serviços, inclusive os de proteção individual (EPI) para os funcionários.

10.10.7 - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de incêndios nas áreas da contratante.

10.10.8 - Manter a disciplina nos locais dos serviços, e responsabilizar-se pelo seu cumprimento, por parte de seus empregados, em conformidade com as normas disciplinares determinadas pela contratada.

10.10.9 - Substituir qualquer empregado cujo comportamento seja inconveniente ou insatisfatório ao bom andamento dos serviços, contrário ao interesse do serviço público, ou que embarçar ou dificultar a fiscalização, no prazo máximo de 48 horas a contar da ciência do comportamento do prestador pela contratada.

10.10.10 - Observar conduta adequada na utilização dos materiais e equipamentos durante a prestação dos serviços, obedecendo rigorosamente às normas e códigos aplicáveis ao serviço.

10.10.11 - Todos os serviços que coloquem em risco o patrimônio do Tribunal deverão ser precedidos de proteção adequada, conforme cada caso específico. Caso necessário, a contratada deverá providenciar o remanejamento dos bens para local protegido indicado pela fiscalização e o seu retorno ao final dos serviços em cada área.

10.10.12 - Responsabilizar-se por eventuais danos causados diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução de contrato.

10.10.13 - Providenciar a limpeza dos locais, após a realização dos serviços, restabelecendo suas condições prévias.

10.10.14 - As especificações da ABNT serão consideradas como elemento base para a análise dos serviços, bem como dos materiais e equipamentos envolvidos.

10.10.15 - Nos casos omissos deverão ser consideradas as prescrições, indicações, especificações, normas e regulamentos de órgãos/entidades internacionais reconhecidos como referência técnica.

10.10.16 - São de responsabilidade da contratada todos os impostos, taxas, licenças e registros em órgãos públicos municipais, estaduais ou federais que se fizerem necessários.

10.10.17 - Fica vedada a transferência de qualquer responsabilidade da contratada para terceiros ou outros profissionais ou ainda a subcontratação do serviço.

10.10.18 - Apresentar documentos que comprovem sua regularidade fiscal por ocasião do faturamento no decorrer do contrato ou em outras ações de obrigações contratuais, devendo apresentar ao TRE/RJ as certidões de regularidade com o INSS e o FGTS e demais certidões solicitadas.

10.10.19 - Não divulgar ou fornecer dados ou informações obtidas em razão deste contrato, e nem utilizar o nome do TRE/RJ para fins comerciais, campanhas ou material de publicidade, salvo quando houver autorização prévia.

#### 10.11 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

10.11.1 - Exercer a fiscalização dos serviços por meio de servidores especialmente designados.

10.11.2 - Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre seu bom desempenho.

10.11.3 - Permitir o acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para a execução dos serviços.

10.11.4 - Comunicar à contratada as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços.

**10.12 - PREPOSTO:**

10.12.1 - Após a assinatura do contrato, a contratada deverá indicar preposto, por meio de carta, informando seu nome completo, números de telefone, endereço e e-mail para contato, os quais servirão de meio de comunicação entre a contratante e a contratada. Os dados solicitados deverão ser enviados à Seção de Administração de Edifícios, para o e-mail “seaedi@tre-rj.jus.br”.

10.12.1.1 - O preposto deverá estar acessível ao contratante, por intermédio de telefones fixos e/ou celulares.

10.12.1.2 - Caso haja dificuldade na comunicação com o preposto, a contratada deverá nomear, imediatamente, novo preposto, apto a tomar todas as decisões necessárias ao perfeito cumprimento das obrigações contratuais.

10.12.2 - A contratada deverá informar previamente à fiscalização do contrato a necessidade de mudança das indicações contidas no subitem anterior, de forma a não haver interrupção na comunicação entre as partes. Em casos imprevisíveis, a comunicação deverá ser efetuada imediatamente após a constatação da ocorrência.

10.12.3 - O preposto não importará em ônus adicional ao TRE-RJ.

10.12.4 - O preposto deverá ter capacidade para gerenciamento administrativo e técnico visando agilizar os contatos com o representante da Administração durante a execução do contrato, emissão de relatórios e orçamentos que forem solicitados pelo contratante.

10.12.5 - Não é obrigatória a permanência do preposto no local da prestação do serviço, salvo quando demandado pela contratante.

10.12.6 - O preposto deverá comparecer às instalações do contratante sempre que solicitado, em tempo hábil para tratar com o fiscal do contrato, exclusivamente, de assuntos administrativos referentes ao contrato.

10.12.7 - A contratante fixará o prazo para o comparecimento do preposto, quando solicitada a sua presença, o qual não será inferior a 24 horas.

10.12.8 - O preposto da contratada deverá providenciar todas as documentações solicitadas pela fiscalização, relacionadas a comprovação do cumprimento das obrigações contratuais.

10.13 - A elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar contempla aprimoramentos decorrentes da observação, acompanhamento, experiência e anotações por parte dos gestores e fiscais de contratos similares a cargo da SEAEDI/COSEG, mas não foram identificados novos requisitos a serem consignados nos presentes Estudos Preliminares.

**XI – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO [Art. 18, § 1º, incisos X e XI]**

11.1 - Adequações de ambiente: Não foi identificada a necessidade de adequação dos ambientes que serão contemplados com a execução dos serviços.

11.2 - Recursos Humanos: Não foi identificada a necessidade de treinamento/capacitação de servidores para exercer as atribuições de gestão e fiscalização principal e auxiliar especificamente em relação aos dos contratos que resultarão do presente planejamento, o que não exclui a necessidade constante de atualização e capacitação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização de contratos diversos.

11.3 - Impactos Administrativos: Não foram identificados impactos administrativos relevantes que possam implicar em mudanças de processos ou rotinas de trabalho, considerando que os servidores da SEAEDI/COSEG já desempenham as atribuições de gestão e fiscalização relativamente ao contrato vigente nº. 09/2023, cujo objeto é bastante similar ao aqui especificado.

11.4 - Contratações correlatas e/ou interdependentes: A contratação pretendida tem o objetivo de aperfeiçoar e substituir o objeto do contrato nº. 09/2023. Deve-se ressaltar ainda a existência dos contratos nº. 73/2023 e 2/2024, cujos objetos são correlatos, no entanto referem-se à execução dos serviços de controle de pragas e vetores em regiões geográficas distintas das especificadas no presente documento. Portanto, apesar da possibilidade de existência de até três contratos com o objeto Controle de Pragas e Vetores, estes referir-se-ão obrigatoriamente a regiões e municípios

distintos, estando consignado no item 8 dos presentes estudos todo o embasamento para o parcelamento do objeto em itens.

## **XII – COMPETÊNCIA ESPECÍFICA PARA A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

12.1 - A gestão e fiscalização da prestação dos serviços não demandam competências específicas dos servidores que as exercerão.

12.2 - A gestão e fiscalização principal serão realizadas por servidores lotados na SEAEDI/COSEG, que já exercem e/ou exerceram as referidas atribuições relativamente a contratos similares.

12.3 - Considerando a inviabilidade da presença da fiscalização principal nas unidades da Justiça Eleitoral distribuídas pelas várias regiões e municípios do estado do Rio de Janeiro contemplados pelos serviços, torna-se necessário que os chefes das unidades (ou seus substitutos) exerçam a fiscalização auxiliar “in loco”, como forma de assegurar a execução em conformidade com os termos contratuais.

## **XIII - CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE/REQUISITOS AMBIENTAIS [Art. 18, § 1º, inciso XII]**

A contratada deve observar as orientações e recomendações contidas no item 38 do Guia de Inclusão de Critérios Sustentáveis para Contratações no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, instituído pelo Ato GP nº. 224/2015:

13.1 - Executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC Anvisa nº 622/2022, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

13.2 - Efetuar o recolhimento das embalagens vazias e respectivas tampas dos produtos utilizados, comprovando a destinação final ambientalmente adequada, quando solicitado pela fiscalização do contrato, nos termos da Lei nº. 12.305/10.

13.3 - Os produtos utilizados pela contratada deverão obrigatoriamente ter as seguintes características:

13.3.1 - Não causarem manchas.

13.3.2 - Serem antialérgicos.

13.3.3 - Tornarem-se inodoros após 90 (noventa) minutos da aplicação.

13.3.4 - Serem inofensivos à saúde humana.

13.3.5 - Serem permitidos pela Portaria nº. 10/85 e suas atualizações, do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

13.3.6 - Não serem nocivos às plantas e peixes, no caso de aplicação nos espelhos d'água para combate às larvas diversas.

13.3.7 - Não serem nocivos às plantas, no caso de aplicação nos canteiros, árvores e gramados.

13.4 - Os produtos utilizados deverão, também, ser devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente e, nas situações em que couberem, apresentarem a inscrição e regularidade do fabricante no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP) Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e/ou Utilizadoras.

## **XIV — INDICAÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO A SER UTILIZADA PARA A SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

Por se tratar de serviço comum e a estimativa de valores não indicar a possibilidade de dispensa, sugerimos a modalidade licitatória “pregão” na forma “eletrônica”, utilizando-se, para a seleção do fornecedor, o critério “menor preço global”.



**XV - POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA [Art. 18, § 1º, inciso XIII]**

A equipe de planejamento conclui pela viabilidade da contratação, essencialmente similar ao Contrato nº. 9/2023 cuja vigência encerrou-se em 2024, considerando que o ambiente não necessita de adequações para receber os serviços e ainda que há previsão na Proposta Orçamentária 2026, bem como no Plano de Contratações Anual 2026.

**XVI - DECLARAÇÃO SOBRE A RESTRIÇÃO DE ACESSO AOS ESTUDOS PRELIMINARES OU AO ORÇAMENTO DA CONTRATAÇÃO:**

Devido a tratar-se de documento preparatório para a licitação, este deve ter acesso restrito até a publicação do Edital de Licitação (Art. 7º da Lei nº. 12.527/2011).

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2026.

---

**DENISE AZEVEDO BORGES ANDRADE**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE GESTÃO DE CONTRATOS**



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2026, às 15:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---

**RAQUEL RIBEIRO LIMEIRA DA SILVA**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 29/05/2026, às 15:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **5031758** e o código CRC **89A0EBC1**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.